



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Diretoria de Direitos Humanos**  
**Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens**  
**Conselho Estadual da Juventude**

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE**

1 Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Estadual da Juventude –  
2 CONJUVE aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às  
3 nove (09) horas da manhã no auditório da Secretaria de Estado do  
4 Desenvolvimento Social. Estavam presentes os conselheiros: Lucene Cândido  
5 Magnus (União Catarinense de Estudantes –UCE), Maria de Fátima Capela  
6 (União da Juventude Socialista –UJS), Marcos Levi de Souza Junior (,  
7 Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa –SAP),  
8 Samara F. da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do  
9 Desenvolvimento Rural –SAR), Marilúcia Tamanini Schauffert (suplente:  
10 Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa–SAP),  
11 Naianne Hoffmann (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social –SDS) e  
12 Gabriel Carlos de Souza (Pastoral da Juventude –PJ). E também estavam  
13 presentes: Carolina Rios (Fundação Catarinense de Cultura – FCC) e Neylen  
14 Junckes (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS). O  
15 Presidente do CONJUVE - Lucene Cândido Magnus (União Catarinense de  
16 Estudantes –UCE) abriu a reunião para tratar o encaminhamento da Lei de  
17 criação do CONJUVE, a discussão e aprovação do Regimento Interno. Mas  
18 constatou que não houve quórum para as deliberações. Diante do exposto, foi  
19 apresentado aos conselheiros novamente a minuta da Lei de criação do  
20 CONJUVE que foram propostos alguns ajustes. Foi colocado por um  
21 conselheiro que o Regimento Interno deverá garantir a paridade das comissões  
22 dentro do conselho. A conselheira suplente Naianne Hoffmann (Secretaria de  
23 Estado do Desenvolvimento Social – SDS) socializou que no próximo ano de  
24 2020 haverá uma subação para cada conselho, pois não adianta garantir  
25 orçamento, se não tem subação específica para cada conselho. Samara F. da  
26 Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento  
27 Rural –SAR) sugeriu de levar este ano o planejamento do CONJUVE 2020  
28 para a Secretária de Estado do Desenvolvimento Social. Marilúcia Tamanini  
29 Schauffert (suplente: Secretaria de Estado da Administração Prisional e  
30 Socioeducativa–SAP) perguntou por que o CONJUVE não é deliberativo e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Diretoria de Direitos Humanos**  
**Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens**  
**Conselho Estadual da Juventude**

31 sugeriu aproximar o CONJUVE com o Conselho Estadual dos Direitos da  
32 Criança e do Adolescente - CEDCA e, verificar como funcionam os conselhos  
33 da juventude de outros estados. O Presidente do CONJUVE colocou que este  
34 ano o conselho teve reunião com a Consultoria Jurídica e com a Diretora de  
35 Direitos Humanos, sendo que orientaram que, para agilizar a lei de criação do  
36 conselho e suas alterações, o conselho ser consultivo e não paritário, pois para  
37 o conselho ser deliberativo precisa prever fundo o qual é moroso para a sua  
38 criação. A assessora da Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e  
39 Jovens – GECAJ - Neylen Junckes falou da importância de um conselho ter o  
40 caráter deliberativo, frisou de o CONJUVE ter plenárias fortes, espaços  
41 coletivos fortes, ter participação, pautas coletivas, enfim, fortalecer o CONJUVE  
42 em seus processos básicos. E também pensar no Fórum de Representantes da  
43 Sociedade Civil e uma Mesa Diretiva forte. Marilúcia Tamanini Schauffert  
44 (suplente: Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa–  
45 SAP) comentou que a Mesa Diretiva do conselho não é isonômica, pois a  
46 presidência do conselho sempre será da sociedade civil. Neylen Junckes  
47 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS) lembrou que o  
48 CONJUVE deve se pautar em seus trabalhos com base nos princípios  
49 constitucionais: impessoalidade, transparência e da legalidade. E também de  
50 obter a paridade nas discussões. A mesma enfatizou que, enquanto GECAJ, o  
51 CONJUVE deverá priorizar o Regimento Interno para a sua aprovação.  
52 Também foi discutido sobre a maior capacidade de articulação das ações nos  
53 municípios pequenos e, a importância da construção fidedigna de um  
54 diagnóstico da juventude no estado, sendo esta uma das ações previstas pela  
55 Frente Parlamentar da Juventude. Nesta reunião iniciou-se a discussão do  
56 Regimento Interno e algumas propostas para que, na Reunião Ordinária do  
57 CONJUVE no período vespertino fosse dada a continuidade da discussão do  
58 Regimento Interno. Sem mais nada a tratar, eu Noemia Schuch Wickert lavrei a  
59 presente ata.

60

61

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

62

---



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Diretoria de Direitos Humanos**  
**Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens**  
**Conselho Estadual da Juventude**

63

Lucene Cândido Magnus

64

Presidente da Mesa Diretora do CONJUVE

Noemia S. Wickert

Secretária do CONJUVE